

Eleições Autárquicas 2009 - Torres Vedras

Programa Eleitoral da CDU

CULTURA

Torres Vedras,

um lugar

culturalmente

vibrante

para todos!



Mais Democracia, Melhor Cidadania !

<http://cultura-torresvedras-2009.blogspot.com/>

<http://www.torresvedras.cdu.pt/>

*O grau de cultura de um povo mede-se pelo conceito que ele forma do que seja a vida
e da facilidade que ao indivíduo se deve dar para a viver;
pelo modo como nele se compreende e proporciona o consumo;
pela maneira e fins para que são utilizados os progressos da ciência;
pelo modo como entende a organização das relações sociais
e pelo lugar que nelas ocupa o homem.*

Bento de Jesus Caraça

*A cultura das cidades é coisa de cidadãos.
Não da administração, como bastantes gestores públicos pensam.
E uma esmagadora maioria dos políticos.*

*A cidade são as pessoas. Todas as pessoas.
Os que nela vivem. E, também, os que nela sobrevivem.*

*As cidades e um mundo melhor construiremos nós, os cidadãos.
Acabou-se a submissão.*

Toni Puig

Estamos lançados na aventura indefinida ou infinita do conhecimento.

Edgar Morin

A democracia inscreve-se menos na imitação do que na reflexão pessoal ou colectiva.

François de Singly

*Aquilo que a poesia cumpre em relação ao poder de dizer e a arte em relação aos sentidos,
a política e a filosofia têm de cumprir em relação ao poder de agir.*

Giorgio Agamben

*Temos a dizer que o tempo da cultura como instrumento dos governos já findou.
Ela tornou-se, na maior parte dos casos, o resultado de demonstrações Kitsch
que são, no mínimo, muito pobres.*

António Pinto Ribeiro

Índice

Apresentação

I- Temas fundamentais

Introdução

1. Políticas Culturais Públicas

2. Cultura e desenvolvimento sustentável

3. Cultura e Cidadania

4. A Cultura como Serviço Público

5. Juventude e Cultura

6. Transversalidade da Cultura

7. Cultura Científica e Tecnológica

8. Economia, Cultura e Criatividade

9. Desenvolvimento das Artes

10. Museologia e Património

II – Medidas Prioritárias Acções a desenvolver e Projectos Estruturantes

Apresentação

Um programa político destinado a ser apresentado ao eleitorado nunca está totalmente completo nem absolutamente terminado, haverá sempre falhas intrínsecas, bem como lacunas detectadas pelos eleitores e por adversários políticos.

No caso de um programa de política cultural, esse carácter de abertura deve ser conscientemente assumido, essencialmente porque a existência de uma política cultural de âmbito local só poderá ser cumprida em inter-relação com os diversos agentes e actores locais. Qualquer ambição de fechamento e controle não é digna de uma democracia cultural plena.

Contudo, estamos convictos que o programa eleitoral da CDU, e este que agora vos apresentamos, em particular, possa conter o essencial de modo a permitir ser sufragado nas próximas eleições autárquicas de Torres Vedras.

A cultura não pode continuar refém de objectivos de rentabilidade eleitoral e politico-partidária, nem ostentada apenas como uma “bolsa de espectáculos” disponibilizadas pela autarquia, como se esta fosse uma agência de espectáculos vocacionada para a distração dos seus cidadãos mais aborrecidos.

É fundamental que a política cultural construa uma unidade interna, com vários fios condutores explícitos e publicamente reconhecíveis por todos. Pois, consideramos que programações culturais desconexas, acções avulsas ou agendas ocultas não são sustentáveis em políticas públicas.

Não confundimos cultura com a indústria do entretenimento tão em voga. **A cultura é uma capacidade individual e colectiva numa dinâmica de desenvolvimento e integrada num projecto colectivo para o nosso território.** A cultura é pensamento e imaginação, é racionalidade e emoção, é construir e partilhar sentidos de vida.

Enquanto que o entretenimento tende a ser uma consolação anestésica e cómoda perante as perplexidades complexas do mundo actual, e cuja perspectiva implica exclusivamente a visão do cidadão como mero consumidor («o idiota feliz»). Uma política pública no séc. XXI não pode conformar-se com esta visão hiper-consumista e hiper-individualista: **uma cidade não é igual a um supermercado.**

Ao poder político que administra uma cidade e um território exige-se uma posição clara e pró-activa sobre as actuais condições de vida, neste aspecto assumir uma posição neutra é ficar refém dos movimentos e das modas que atravessam os fluxos globais da confusão planetária.

Em nosso entender, é necessário combater o exacerbado individualismo neo-liberal cujos desastrosos resultados estão bem patentes na actual crise e cuja meta foi a de criar hiper-consumidores endividados, e **suscitar uma nova dinâmica societal que promova a**

criação de capital social, novas conexões sociais capazes que regenerar o ânimo, a confiança e a intersubjectividade criativa entre cidadãos que partilham o mesmo território e alguns os mesmos objectivos e interesses.

Esta é uma das mais urgentes tarefas a realizar em Torres Vedras, pois só quem não conhece o quotidiano e as opiniões de muitos dos jovens torrienses é que se pode manter alheio aos seus dilemas efectivos, designadamente daqueles para quem Torres Vedras é já uma cidade moribunda, uma cidade sem Energia Cultural própria. **O nosso desiderato mais profundo é o de implicar toda a população enquanto agentes participativos com capacidade para transformar Torres Vedras num verdadeiro projecto colectivo.**

O que de fundamental uma política cultural ao nível municipal deve propor é uma Cultura Cívica, a cultura promovida com os cidadãos, sempre no plural. A tónica no pluralismo é uma preocupação central, pois não se pode reduzir a produção cultural de uma sociedade à hegemonia ou ao pensamento único. Aliás, como refere a UNESCO, **a diversidade cultural é o maior tesouro da humanidade, pelo que deve ser protegido e valorizado.**

Os 10 temas fundamentais e as 10 medidas prioritárias que aqui propomos são por nós considerados como essenciais no que respeita à urgente **necessidade de articular, de forma crítica e reflexiva, as políticas locais de cultura com as políticas europeias de cultura**, designadamente através dos vectores consignados na Agenda Europeia para Cultura¹. Isto, se quisermos conferir a Torres Vedras as mesmas hipóteses de desenvolvimento cultural, científico, artístico e criativo que as existentes nas pequenas e médias cidades dos outros países da união europeia.

Rui Matoso

Candidato independente pela CDU
à Câmara Municipal de Torres Vedras
Outubro/2009

1 http://europa.eu/legislation_summaries/culture/129019_pt.htm

I- Temas fundamentais

Introdução

A cultura é cada vez mais o centro das políticas locais, pela importância que vem revelando no contexto de um paradigma de desenvolvimento humano integral. Para além da atenção que lhe é dirigida graças à sua íntima conexão a factores de índole económica, social e urbana; a sua relevância deve-se essencialmente às relações intrínsecas que mantém com as questões da identidade, da memória, da criatividade, da ciência e do pensamento e conhecimento crítico.

A dimensão cultural das cidades contemporâneas deve contribuir para a mobilização de todos os actores sociais individuais e colectivos em torno de um projecto de cidade, naturalmente complexo e aberto às problemáticas do Séc. XXI, justamente considerado o século das cidades.

Num mundo globalizado, as cidades são hoje o lugar onde as expectativas das nações melhor se posicionam. É nas cidades que o desenvolvimento económico futuro se posicionará, na conjugação dos seus capitais culturais e criativos, e na geração de conhecimento e inovação.

Neste sentido, a cultura – enquanto dimensão de política pública – não pode continuar a ser entendida como mero sinónimo de entretenimento ou diversão, mas antes como uma capacidade activa de cidadania: como conjunto de ferramentas simbólicas e conceptuais que os membros de uma comunidade necessitam para lidar com a realidade difusa do mundo contemporâneo e para elaborar novas estratégias de vida colectiva.

Por um lado, a cultura tende a englobar o repertório social de uma sociedade, o seu conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afectivos: estilos de vida (padrões de cultura), tradições, patrimónios, memórias, identidades, costumes, valores e significados. Numa atitude que valorize o passado enquanto memória colectiva, sem que isso conduza a uma cristalização dos fenómenos culturais, reconhecendo-se assim que todas as identidades culturais são dinâmicas.

Por outro, a cultura na sua componente sectorial ligada às artes, às criatividade, aos conhecimentos, às ciências e às tecnologias, proporciona-nos um maior capital de inovação, uma atmosfera de vitalidade e um vasto stock de experiências absolutamente necessárias para o futuro de uma cidade que se pretende como um lugar de vida vibrante, sustentável e socialmente justa.

1. Políticas Culturais Públicas

Qualquer que seja a noção de "política cultural" esta tem tido múltiplas interpretações e diversos usos ao longo da história.

Em primeiro lugar seria preciso perguntar se é mesmo necessária a existência de uma política cultural. Porque poderia não ser. Há mesmo um pequeno grupo de pessoas para quem o Estado, nas suas diversas escalas de governação, não deveria ter qualquer política nem tutela sobre a cultura. O mercado (sector privado), nesta perspectiva, seria a instância necessária para fomentar o desenvolvimento cultural. Hoje, só por pura excentricidade alguém defenderá esta posição.

Defendemos a existência de políticas de cultura públicas do Estado e de âmbito local, regional e nacional, essencialmente porque se considera a "cultura" como um bem público ou um capital (um valor) que deve ser cuidado pelo conjunto da sociedade - e não apenas por empresas - e sob a sua estrutura política que é o Estado democrático.

Nalguns casos a necessidade da intervenção pública é óbvia, pois quem mais poderia regulamentar sobre a salvaguarda do património cultural senão o Estado? O grande desafio é então o de delimitar o significado de "cultura", qual o seu âmbito? Quais as suas dimensões integrantes? Que relações estabelece com a cidade, com o poder político e com os cidadãos?

Neste sentido, **a cultura deixa de ser considerada um luxo apenas de alguns, para proclamar-se como um direito de todos: cultura cívica.** Proclamação cuja real existência requer uma atenta intervenção pública, pois não basta dizer ou escrever que "a cultura é para todos". É imperativo analisar-se, por exemplo, quem são os utentes dos equipamentos culturais, de modo a verificar que segmentos sociais efectivamente os frequentam ou não, tendo em consideração a composição social da população do concelho de Torres Vedras. E, conseqüentemente, delinear as estratégias que permitam **corrigir essas mesmas assimetrias e diminuir a selectividade social dos públicos da cultura, promovendo a inclusão daqueles que pouco ou nada têm usufruído dos seus direitos humanos e dos seus direitos culturais.**

De facto cultura, cidade e sociedade são dimensões em constante interdependência. Não há cidade, nem sociedade sem cultura(s). Por conseguinte, pode dizer-se que cultura e sociedade são mutuamente constitutivas do todo social. A qualidade de uma afecta a plenitude da outra e vice-versa.

Quanto à noção de "cultura" - conotada aqui exclusivamente com a definição de políticas culturais - salientamos que não a fazemos coincidir apenas com as "artes". Isto significa que, no âmbito das políticas culturais, a dimensão cultural implica um conjunto mais alargado de preocupações, incluindo:

- Cultura como repertório de estilos de vida (padrões de cultura).
- Cultura como tradição, memória colectiva, costumes, hábitos,...
- Cultura científica: a criação e a investigação científica, a divulgação de

conhecimento e a promoção dos saberes.

- Cultura tecnológica: a inovação tecnológica relacionada com a produção simbólica.
- Cultura artística (artes visuais, artes do espectáculo, literatura, música,...).
- Cultura cívica (associativismo cultural e científico, participação...).
- Os direitos e as liberdades culturais.
- A diversidade cultural.
- O diálogo intercultural.
- Os patrimónios e os museus.
- Os públicos e as audiências.
- As práticas culturais ao nível do concelho.
- A criatividade e a inovação.
- A economia da cultura e da criatividade (as indústrias culturais e criativas).
- O mapeamento do eco-sistema cultural municipal.
- ...

Uma das ambiguidades inerentes ao termo “política cultural” é poder pensar-se que equivale a uma administração das actividades culturais, no sentido em que se produz e programa a acção cultural. Por isso, não podemos deixar de sublinhar que **a administração pública, o Estado, ou qualquer forma de governação política local ou regional não produz, nem programa, cultura**. Pode e deve apenas operar estrategicamente nas outras esferas que não as da produção (criação): distribuição, acesso, democratização, regulamentação, salvaguarda, desenvolvimento, sustentabilidade, etc. Deste modo, **a autarquia não pode aspirar a determinar, dirigir, controlar ou tutelar a cultura, mas antes a incentivar uma efectiva participação e a autonomia da pluralidade dos agentes**.

Para além de que o acima exposto decorrer de imperativos constitucionais (Artigo 43.º), é nossa convicção que **a arte é por si mesma uma fonte inspiradora de visões do mundo polémicas e não consensuais**, pelo que a intervenção em políticas públicas de cultura se deve abster de a programar, relegando essa função para o nível técnico e operacional dos directores e programadores responsáveis pelos equipamentos culturais públicos.

Por outro lado, **umas das finalidades fundamentais das políticas públicas de cultura é a de desenvolver o protagonismo cultural da sociedade civil**, das populações, dos artistas e criadores, dos grupos amadores, das associações, das indústrias culturais e criativas, na sua potencial diversidade e riqueza de conteúdos. **Reduzindo o mais possível o protagonismo da Câmara Municipal enquanto “produtor de cultura”**, pois este defeito confunde-se na maioria das vezes com a instrumentalização da cultura para fins eleitorais.

A definição de uma política cultural deve por isso sustentar-se na planificação estratégica e até ao pormenor da concepção de projectos estruturantes, adjudicando os seus

conteúdos programáticos à intervenção da sociedade civil (indivíduos, grupos, associações, empresas, ...).

Este entendimento tem como pressuposto de base o dever de autonomizar de forma clara e inequívoca as instituições e os equipamentos culturais públicos (salas de espectáculo, museus, galerias, etc), garantindo as condições de trabalho e a independência aos seus responsáveis. Ao mesmo tempo que se exigem as formas de gestão e avaliação intrínsecas a um serviço público de qualidade e catalisador de boas práticas.

Isto significa que **só com um forte pensamento estratégico se pode e deve encarar a dimensão cultural da política e da cidade.** Ou seja, **medidas avulsas, entusiasmos pessoais ou eventos culturais sazonais, não são necessários nem suficientes para elaborar uma política cultural.**

Nenhuma política cultural se desenvolve no vazio, nem a partir do vazio. As cidades têm um passado, um presente e um futuro, têm ideias, têm imaginários, têm pessoas e grupos com identidades culturais variadas. As cidades são isso mesmo, a materialização das ideias ao longo do tempo, em ambientes mais ou menos criativos. As cidades devem ser o produto das suas culturas (sempre no plural: culturas), do debate das suas ideias e dos seus valores humanos.

As cidades não podem ser meras máquinas artificiais e administrativas capturadas pelos fluxos globais de hegemonização, da informação e do financiamento. Nem produtos "prontos-a-consumir" enclausuradas numa cultura burocrática.

E quanto a isto **não tenhamos ilusões, ou as cidades conseguem mobilizar-se colectivamente e criar dinâmicas adequadas aos novos tempos, ou não.** Por todo o mundo, por toda a Europa, ou em Portugal o panorama é idêntico: **há cidades genuinamente reflexivas e criativas, e há cidades em declínio mais ou menos acentuado.**

Por considerarmos que Torres Vedras já perdeu demasiado tempo com não-políticas ilusórias, **tudo faremos para que num futuro próximo Torres Vedras seja um lugar culturalmente vibrante para todos.**

Contamos com todos!

É a Hora!

1.1. Horizontes da Política Cultural

Uma política cultural do século XXI não pode fundamentar-se apenas na promoção das artes e na salvaguarda do património, e muito menos numa rotina asfixiante da organização de eventos e espectáculos avulso, numa lógica de difusão e consumo de produtos de entretenimento.

Dar primazia ao desenvolvimento e à cultura é, antes de mais, **aprofundar a democracia e a cidadania enfatizando a dimensão cultural**, ou seja: o desenvolvimento da criatividade e o incremento da inovação. É defender a igualdade de oportunidades, é facultar a expressão cultural, facilitar o conhecimento das várias línguas, é reforçar as relações interculturais.

Hoje, a derradeira finalidade de uma política cultural é a de enriquecer o universo de possibilidades abertas às práticas culturais dos cidadãos, intervindo sobre as condições que estruturam essas mesmas práticas:

- Condições de produção e criação cultural em sentido amplo.
- Condições de conservação, preservação e valorização do património cultural material e imaterial, bem como de investigação, crítica, divulgação e ensino.
- Condições de acessibilidade aos serviços e aos bens culturais.
- Condições de fruição das artes e dos equipamentos culturais em diferentes modalidades e intensidades.

A estas condições estão subjacentes alguns entendimentos, tais como:

- O Estado –seja qual for o seu nível administrativo, não é produtor de cultura.
- A cultura não é um ornamento da política oficial.
- A negação do Estado como instância difusora e educadora dos padrões de gosto.
- A articulação profunda e estratégica entre cultura, cidadania e desenvolvimento sustentável – cultura cívica.

Se analisarmos os documentos históricos relativos a políticas culturais no continente europeu, encontramos constantemente **quatro objectivos principais:**

- Promoção da identidade cultural.
- Estímulo da diversidade cultural.
- Estímulo da criatividade.
- Fomento da participação.

DEMOCRATIZAÇÃO CULTURAL: Na Europa, a «democratização cultural» foi uma das finalidades centrais das políticas culturais inauguradas por André Malraux nos anos 50, em França. Promover o acesso das populações às grandes obras de arte e ao património foi o seu

desígnio político, mas também uma forma de o Estado legitimar a esfera da “alta cultura”, numa lógica descendente e paternalista. Em Portugal, na Constituição da República Portuguesa lê-se: «O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as colectividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais.» (Constituição da República Portuguesa, Artº 73º).

À escala de uma política cultural municipal, pela proximidade com os cidadãos, a democratização da cultura verifica-se no empenho com que, na prática, as instituições culturais tornam as produções culturais de excelência (cultura legitimada, cultura erudita, “alta cultura”) acessíveis ao conjunto dos cidadãos, empenhando-se num trabalho quotidiano de alargamento da base social dos públicos da cultura, designadamente daqueles que mais sofrem na pele os efeitos das desigualdades sociais.

Para cumprir efectivamente o dever constitucional de assegurar o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, as instituições culturais municipais têm de utilizar as metodologias de comunicação e de animação sociocultural mais adequadas ao seu contexto e, conseqüentemente, avaliar os resultados e o nível de cumprimento deste objectivo central nas sociedades democráticas contemporâneas.

Reconhecendo a necessidade de aplicar uma política de subvenção de preços (dos ingressos e dos serviços culturais públicos) consonante com o objectivo da **promoção de igualdade de acesso aos bens culturais, e numa acepção de justiça redistributiva**. Esta política de preços implica igualmente uma estratégia destinada a favorecer a inclusão social e cultural. Caso contrário manter-se-à a injustiça, no sentido em que o subsídio público aplicado aos custos de acesso à cultura servirão exclusivamente aos grupos sociais que já são os frequentadores habituais dos equipamentos culturais, e não os grupos e os indivíduos que por diversos motivos se encontram afastados dos mesmos.

DEMOCRACIA CULTURAL: Este conceito, de data mais recente, prende-se com a necessidade de suscitar uma abertura institucional à criação e à produção de outras formas e expressões culturais que não integram o sistema qualificador da excelência, nomeadamente as criações dos grupos amadores, as produções das minorias ou as categorias culturais/artísticas não convencionais.

Uma política cultural municipal não pode deixar de incentivar a diversidade das expressões culturais e artísticas, ao mesmo tempo que cuida da pluralidade dos públicos, procurando o seu desenvolvimento, o seu alargamento e a sua formação, de forma tão sistemática quanto possível. Neste ponto é preciso nunca esquecer que os “públicos” não são uma entidade abstracta nem metafísica, pois, todos os públicos a quem nos dirigimos têm condições de existência concretas: classe social, níveis de rendimento, graus de ensino,

profissão, estilos de vida, composição familiar, idade, etc.

A democracia cultural não se dá efectivamente sem o reforço das relações entre as pessoas e as instituições culturais, e sem o aprofundamento das interacções sociais. Numa sociedade em que ainda persistem traços de “distinção social”, o papel democratizante das instituições públicas de cultura é fundamental, designadamente através de estratégias que permitam novas formas de relação com as artes, com as culturas e com as diferenças.

DIVERSIDADE CULTURAL: A definição de políticas públicas de cultura ao nível local promotoras da diversidade cultural é uma das preocupações fundamentais da *Agenda 21 da Cultura*². No seu primeiro princípio pode ler-se «a diversidade cultural é o principal património da humanidade (...) A diversidade cultural contribui para uma “existência intelectual, afectiva, moral e espiritual satisfatória” (Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural, artigo 3), e constitui um dos elementos essenciais de transformação da realidade urbana e social.»

É nas cidades que existem instituições e organizações culturais que devem ter em consideração as diversidades dos produtores e dos públicos das culturas, encontrando soluções para que todos possam preservar e desenvolver as suas práticas culturais, designadamente através da actividade artística, e aceder às actividades culturais em geral. A diversidade cultural, enquanto noção próxima de biodiversidade (ambiental), remete para a imagem de um ecossistema cultural urbano, o qual é composto por diferentes agentes culturais com múltiplas características e por diversos tipos de “minorias”.

DIÁLOGO INTERCULTURAL: Enquanto projecto internacional para a promoção da paz (promovido pela UNESCO) ou como desígnio europeu³ deve ter obrigatoriamente um reflexo ao nível local, onde de facto se dá um enraizamento geográfico da diversidade de culturas corporizada em indivíduos/comunidades que vivem em circunstâncias específicas.

Na Europa, a tónica vem sendo colocada no reconhecimento das diferenças associadas à presença de pessoas de países de origem não europeus, designadamente quanto à articulação da diferença étnica no espaço público: «para simultaneamente dar relevo ao nosso património comum e reconhecer a contribuição de todas as culturas presentes nas nossas sociedades, é necessário alimentar a diversidade cultural num contexto de abertura e de intercâmbios entre diferentes culturas. Porque vivemos em sociedades cada vez mais

2 *A Agenda 21 da Cultura* é o primeiro documento com vocação mundial que pretende estabelecer as bases de um compromisso das cidades e dos governos locais para o desenvolvimento cultural sustentável. É essencialmente um documento que promove as linhas estratégicas (princípios e compromissos) de uma política cultural, tendo sido aprovada por cidades e governos locais de todo o mundo comprometidos com os direitos humanos, a diversidade cultural, a sustentabilidade, a democracia participativa e a criação de condições para a paz mundial. *A Agenda 21 da Cultura* foi aprovada no dia 8 de Maio de 2004, em Barcelona, no IV Fórum de Autoridades Locais pela Inclusão Social de Porto Alegre, no marco do primeiro Fórum Universal das Culturas.

3 A *Comissão Europeia* declarou 2008 o *Ano do Diálogo Intercultural* (decisão n.º 1983/2006/EC). Contudo, em 28 de Outubro de 2005 tinha já tido lugar a *Declaração de Faro* - conferência interministerial, sobre o desenvolvimento de uma estratégia do Conselho Europeu para o desenvolvimento do Diálogo Intercultural.

multiculturais, devemos, por conseguinte, impulsionar o diálogo intercultural e as competências interculturais.» (Comissão Europeia, *Comunicação sobre uma agenda europeia para a cultura num mundo globalizado*, Bruxelas, 10 de Maio de 2007).

Neste aspecto urge estabelecer políticas que fomentem a diversidade cultural, a fim de garantir a amplitude da oferta e a presença de todas as culturas, especialmente das minoritárias ou desprotegidas, nos meios de comunicação e difusão, incentivando as co-produções e os intercâmbios, e evitando todas posições hegemónicas.

2. Cultura e desenvolvimento sustentável

A inclusão da dimensão cultural como quarto pilar do desenvolvimento sustentável corresponde à assumpção de que o desenvolvimento sustentável depende da interacção harmoniosa entre os objectivos da diversidade cultural, equidade social, responsabilidade ambiental e da viabilidade económica (competitividade).

O paradigma do *Desenvolvimento Humano Sustentável*⁴ enfatiza as várias dimensões necessárias para o desenvolvimento, abrangendo não só o crescimento económico, mas também a erradicação da pobreza, a promoção da equidade e inclusão sociais, da igualdade de género e étnica, a sustentabilidade ambiental, a participação política e os direitos humanos, enquanto factores determinantes para o aumento da qualidade de vida.

Neste sentido, **a liberdade cultural é uma parte vital do desenvolvimento humano**, porque «a capacidade de uma pessoa escolher a sua identidade – quem ela é – sem perder o respeito dos outros, ou ser excluída de outras opções, é importante para uma vida plena. **As pessoas querem liberdade para praticar abertamente a sua religião, falar a sua língua, celebrar a sua herança étnica ou religiosa sem medo do ridículo, de punições ou da diminuição de oportunidades.** As pessoas querem a liberdade de participar na sociedade sem ter de prescindir das amarras culturais que escolheram. É uma ideia simples, mas profundamente perturbadora.» (PNUD 2004:1)

A *Convenção sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*, adoptada a 20 de Outubro de 2005, em Paris. Adoptada pela 33ª Conferência Geral da UNESCO, e ratificada⁵ por Portugal em Março de 2007, explicita que «a diversidade cultural é uma grande riqueza para os indivíduos e sociedades. A protecção, a promoção e a manutenção da diversidade cultural constituem uma condição essencial para um desenvolvimento sustentável em benefício das gerações presentes e futuras».

Ao ratificar esta convenção Portugal compromete-se a empenhar-se «em integrar a cultura nas suas políticas de desenvolvimento, a todos os níveis, tendo em vista criar condições propícias ao desenvolvimento sustentável e, neste contexto, privilegiar os aspectos

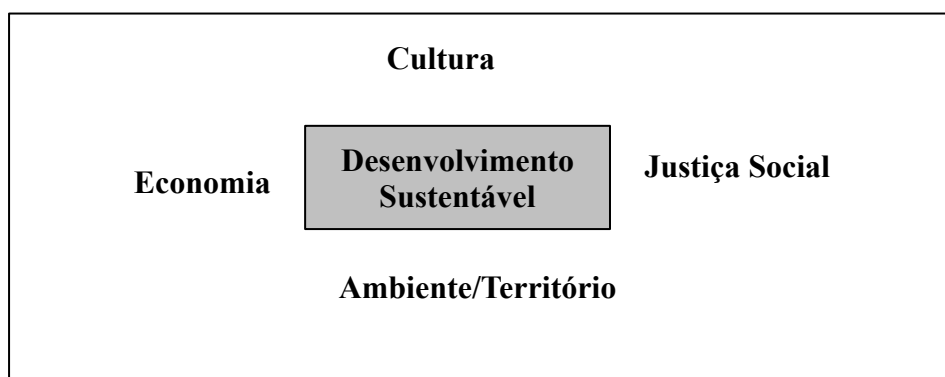
4 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

5 Através do Decreto do Presidente da República nº 27-B/2007, de 16 de Março.

ligados à protecção e à promoção da diversidade das expressões culturais.» (Artigo 13º – Integração da cultura no desenvolvimento sustentável).

A prioridade dada à dimensão cultural do desenvolvimento sustentável ao nível local remete-nos para a questão da autonomia cultural de uma determinada “comunidade” enquanto forma de definição das prioridades das suas práticas expressivas e criativas, sejam estas públicas ou privadas, individuais ou colectivas. A valorização da diversidade cultural exige que estas “comunidades locais” ou “grupos locais” tenham em mente as pessoas enraizadas no território, as pessoas oriundas de migrações e os processos globais que influenciam os processos locais.

A cidade é tida, nesta perspectiva, como um ecossistema complexo, através do qual circula informação, energia, conhecimento ou emoções. É neste sentido que se pode dizer que **a cidade-em-rede é aquela que melhor poderá responder aos desafios do desenvolvimento sustentável.** Afinal tudo aquilo que é sustentável funciona sob o padrão de rede, tal como os organismos vivos ou os ecossistemas .



Dimensões do Desenvolvimento Sustentável

A interacção da dimensão cultural com as restantes dimensões do desenvolvimento sustentável, permite-nos identificar as seguintes vantagens:

Cultura / Justiça Social:

- Toda a acção cultural deve ter em consideração a igualdade de oportunidades no acesso ao conhecimento, à criação e à fruição cultural.
- Uma acção cultural participativa alargada contribuí para a coesão social, provocando o entendimento intercultural e intergeracional.
- As práticas culturais continuadas contribuem para uma cidadania activa e organizada, designadamente para o “empowerment” dos indivíduos e grupos socialmente mais desfavorecidos (pobreza, deficiência, desemprego, minorias,

imigrantes, ...)

- A cultura contribuí para a criação de capital social, possibilitando o desenvolvimento de redes sociais e de relações de confiança.
- ...

Cultura / Economia:

- As actividades culturais produzem benefícios noutros sectores da economia: turismo, comércio local, restauração, publicidade,...
- A transacção de bens culturais gerado pelas Indústrias Culturais gera novos mercados (locais, nacionais, internacionais) e oportunidades de desenvolvimento económico.
- A criatividade é um recurso fundamental, não apenas para a criação de negócios criativos, mas também enquanto capital criativo para o redesenho estratégico das cidades, e deve ser usada como catalisador de uma mudança de mentalidades que permita engendrar novas soluções para os problemas.
- A criatividade como componente essencial da inovação é uma vantagem competitiva empresarial.
- Cultura e criatividade são hoje fontes geradoras de novas economias e de emprego.
- ...

Cultura / Ambiente-Território:

- A valorização e salvaguarda do Património Paisagístico e dos Sítios Arqueológicos são uma mais-valia no que respeita à protecção da natureza e do meio-ambiente.
- A cultura, enquanto conjunto de recursos simbólicos e conceptuais (memórias, tradições, património, artes,...) contribuí para o aumento da vitalidade urbana e o aparecimento de ambientes urbanos criativos, criando vantagens competitivas e desenvolvimento económico territorial.
- O enfoque na dimensão cultural é hoje essencial para a regeneração das cidades, pela capacidade de promover a singularidade dos lugares.
- Os artistas enquanto "engenheiros da imaginação" têm um papel fundamental na profusão de imaginários alternativos.
- O incentivo ao desenvolvimento das artes e da criatividade, possibilita o incremento de abordagens criativas na resolução dos problemas sociais.
- A educação ambiental adquire novas potencialidades através da implicação das expressões criativas e das artes.
- ...

3. Cultura e Cidadania

Como efectivamente o uso do espaço público (urbano e comunicacional) tem sido deveras condicionado pelo poder político, a este caberá um papel determinante na configuração de uma **cidadania activa** ou, pelo contrário, de uma passividade pardacenta. E essa é sem dúvida uma visão e uma opção política; a escolha entre uma atitude que promova a **vitalidade e a coesão social** das comunidades num espaço público relacional, ou uma postura conservadora que privilegia a predominância de um Estado paternalista. O nível mais grave da segunda opção poderá ser aquilo que Boaventura de Sousa-Santos designa como «Fascismo Societal», isto é, um regime social e civilizacional que numa das suas formas mais radicais promove a segregação social dos excluídos através de uma cartografia urbana dividida em zonas selvagens e zonas civilizadas.

Torres Vedras, pela sua pequena dimensão, é uma cidade naturalmente apta à comunicação interpessoal, entre pessoas pertencentes ao mesmo grupo (profissional, etário, de interesses, ...), mas pode e deve gerar novos e múltiplos encontros, aumentando assim a diversidade e a vitalidade social/cultural. **Muitas das vezes fica-se com a sensação que Torres Vedras passou a ser uma cidade-dormitório, com reduzidos projectos culturais autónomos e independentes. Sem a efectiva e reconhecida energia cultural (artística, criativa, científica, ...) que nela subterraneamente habita.**

A ausência de uma dimensão participativa na gestão estratégica e democrática das cidades tem levado à persistência generalizada de um "consenso operacional", o qual vem sendo produzido e controlado pelas instâncias de poder político, mediático e institucional, favorecendo a reprodução das desigualdades e alimentando a inércia no mundo social.

Como já afirmamos anteriormente, defendemos a **cultura como capacidade de cidadania**, e entendemos que a participação cultural, e as demais formas de participação cívica, favorecem a coesão social, isto é, a vontade de cooperar com os outros em sociedade de forma a atingir objectivos colectivos.

Numa democracia e numa sociedade instável como a actual, a diversidade de ideias e a competência que os cidadãos adquirem para tomarem decisões mais sustentáveis, representam benefícios sociais para os quais a cultura é uma capacidade essencial. Ao providenciar estratégias efectivas que levam à sustentação de uma comunidade, as artes e os patrimónios contribuem para a construção de um conjunto multifacetado de conhecimentos e significados que as sociedades modernas necessitam para enfrentar as actuais dinâmicas e a complexidade do mundo contemporâneo.

Um novo modelo de política cultural, como aquele que aqui propomos, incentiva e requer a participação dos indivíduos no desenvolvimento da cultura e da convivência cultural em Torres Vedras. Neste âmbito, entendemos que o desempenho fundamental do governo municipal é o de agir como facilitador do acesso e da participação cultural.

Qualquer política cultural pública democrática e respeitadora dos direitos fundamentais do ser humano, deverá ter como preocupação a efectiva e sistemática promoção dos direitos e as culturais e linguísticos, consignados e defendidos ao mais alto nível, designadamente na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Constituição da República Portuguesa e na Declaração de Friburgo sobre direitos culturais. Esta dimensão dos direitos humanos é fundamental para uma mais completa e elevada dignidade humana.

Só poderá existir verdadeiro diálogo intercultural, como intercompreensão e interconhecimento entre indivíduos com origens culturais distintas, se o espaço público comunicacional (jornais, televisão, rádios, ...) propiciar a interlocução e o reconhecimento do direito à voz pública, ao acesso aos meios de comunicação, que é fundamental para a construção de múltiplas e diversificadas comunidades. O que requererá das instituições políticas e culturais a missão de suscitar igualmente **o direito a ser ouvido em público, isto é, o direito à expressão cultural como «direito à diferença em igualdade».**

Em termos de políticas de gestão da diversidade cultural, Portugal tomou como opção o modelo Intercultural, visão igualmente patente no "Plano para a Integração dos Imigrantes", no qual se prevê o «reforço da expressão da diversidade cultural em todos os domínios e actividades com incidência na área da Cultura», designadamente através dos equipamentos culturais, bem como o «apoio a iniciativas que promovam o diálogo intercultural e a multiculturalidade». Urge então passar além dos formalismos político-legais, e implementar no quotidiano das vidas reais

Estamos, por tudo isto, absolutamente convictos de que **todas as pessoas desejam contribuir para uma definição da cultura no seu território, e não ser apenas meras receptoras do discurso oficial das autoridades.** Pois, a ligação entre o presente e o futuro depende da qualidade do exercício pleno e crítico da cidadania.

No entanto, existem situações próximas da exclusão social (marginalização, pobreza, toxicomanias, na juventude, na terceira idade, na deficiência,...) às quais uma administração pública local tem o dever de responder com recursos e estratégias adequadas. Neste aspecto consideramos fundamental que **a política cultural deve incluir uma dimensão de animação sociocultural**, em articulação permanente com outros sectores políticos e com a sociedade civil.

Algumas propostas para reforçar a ligação entre Cultura e Cidadania:

- Incentivar todas as pessoas a participarem activamente na vida cultural.
- Promover o Plano Estratégico para a Cultura e Criatividade, enquanto processo participativo e catalisador de novos projectos e acções.
- Criação de uma Carta Municipal dos Equipamentos Culturais, que inclua a regulamentação dos mesmos, os princípios e as suas finalidades. Tendo obrigatoriamente de incluir a promoção da diversidade cultural e de metodologias

participativas.

- Aderir à rede de cidades com «Agenda 21 da Cultura».
- Incentivo ao desenvolvimento de projectos interculturais, que promovam o pluralismo cultural e artístico e a experimentação.
- Apoio ao desenvolvimento de iniciativas culturais e artísticas de grupos culturais/étnicos minoritários.
- Desenvolver políticas de proximidade, conferindo às Juntas de Freguesia maior protagonismo em questões culturais.
- Favorecer o aumento de Capital Social – grau de confiança e interacção – entre os cidadãos.
- Alargamento da noção de acção cultural abarcando uma ligação com a vida quotidiana.
- Promover o multilinguismo e a expressão da diversidade cultural nos órgãos de comunicação social.
- Criar uma equipa/gabinete permanente de Animação Sociocultural, com capacidade para implementar estratégias de intervenção de dinamização social e cultural, tendo em conta os diversos grupos de risco e as problemáticas existentes.
- ...

4. A Cultura como Serviço Público

Entender a cultura como parte integrante do serviço público é **colocar a dimensão cultural da política ao mesmo nível de importância que a educação, o ambiente ou a saúde**. Significa isto que a cultura é um pilar essencial do desenvolvimento das sociedades, e um elemento fulcral do bem-estar das comunidades.

A finalidade básica de qualquer serviço público é a de satisfazer as necessidades reais dos cidadãos concretos e plurais. No sector cultural, para além da “satisfação de necessidades” importa conhecer as aspirações e os desejos dos habitantes de Torres Vedras. A cultura enquanto necessidade espiritual (intelectual, emocional, cognitiva,...) requer um trabalho prévio de reconhecimento de públicos e de um mapeamento da cidade, dos seus recursos, e energias culturais.

Em termos operacionais, um bom serviço público assenta sempre numa boa estratégia de marketing de serviços públicos. E, uma boa estratégia de marketing é aquela que começa por conhecer e identificar os seus públicos: Quais as suas necessidades? Quais os seus desejos? Como incrementar a sua qualidade de vida?

Esta lógica de serviço público implica reformular radicalmente a perspectiva com que nos habituamos a pensar e a lidar com a cultura em Torres Vedras, com todos os resultados negativos que gerou, e que hoje se constatam como uma ausência de vida cultural própria, a qual foi substituída por uma máquina artificial de eventos produzidos burocraticamente pela

autarquia.

Construir uma política cultural ancorada na cultura como serviço público, é antes de mais **manter um elevado grau de cumplicidade com a sociedade civil** (os cidadãos, as organizações, as empresas...), trabalhando sistematicamente através de relações públicas e criando equipas de produção de serviços concentradas na sua missão pública de incentivar e motivar a participação.

Uma galeria, um teatro, um museu, um arquivo, uma biblioteca...isto é, **qualquer serviço público deve superar as expectativas dos seus públicos, deve proporcionar experiências vitais, deve ser um serviço de excelência e um modelo de boas práticas.** Pedir menos do que isto é não perceber que os cidadãos pagam os seus impostos para terem uma administração pública humanizada, competente, comunicante, com iniciativa, ecológica, de proximidade, sem barreiras, plural, criativa, com ideias, culta e solícita.

Em Torres Vedras reconhecemos a existência de situações diferenciadas no que respeita à qualidade dos serviços públicos dos equipamentos culturais, reconhecemos também que têm origens e funcionalidades distintas. Contudo, é necessário seguir os bons exemplos, não para os imitar, mas para os desenvolver e inovar tendo em contas as circunstâncias e os públicos concretos.

Algumas linhas orientadoras para a prestação de serviços públicos de cultura:

- Efectuar um estudo de públicos e das práticas culturais dos habitantes do concelho de torres Vedras.
- Eliminação das barreiras materiais e imateriais que dificultam o acesso aos equipamentos: barreiras económicas, barreiras comunicativas-informativas, barreiras culturais, barreiras de socialização, barreiras psicológicas, barreiras físicas, barreiras temporais e barreiras de conforto.
- Dotar os serviços e equipamentos de metodologias proactivas, dinamizando e liderando projectos em rede.
- Criar para cada serviço e equipamento cultural um regulamento próprio que inclua: missão, objectivos, catálogo de serviços prestados, horários, normas de funcionamento, formas e tipos de uso, ...
- Criar para cada serviço e equipamento cultural um plano de comunicação que preveja: formas de comunicação bidireccional, website próprio, ferramentas de redes sociais digitais baseadas na Internet, ferramenta de CRM (marketing directo) a partir de segmentação de públicos e base de dados,...
- Dotar o Teatro-Cine de um serviço de *babysiting*.
- Ampliar o modelo de serviços educativos, criando uma equipa multidisciplinar que garanta serviços educativos nos vários equipamentos e para os diversos públicos, designadamente, seniores, juventude, crianças, escolas e cidadãos com deficiência.

- Criar para cada serviço e equipamento cultural um Conselho de Programação, os quais deverão integrar um Conselho Municipal de Programação e Dinamização Sociocultural, cujo objectivo seja sustentar uma programação da cidade e do concelho em rede, aberto à iniciativa dos cidadãos individuais ou organizados.
- Definir formas de avaliação e criação de indicadores, com o objectivo de verificar o grau de cumprimento de objectivos e a melhoria qualitativa dos serviços.
- Melhorar o sistema de financiamento público municipal às organizações e projectos culturais, corrigindo assimetrias e avaliando com critérios reconhecidos e com transparência.
- ...

5. Juventude e Cultura

A relação Juventude-Cultura numa política cultural de nível local é de extrema importância e uma das mais pertinentes no que se refere à articulação entre políticas (educação, juventude, cultura). As várias etapas da idade juvenil estão frequentemente associadas a um período conturbado do crescimento de cada ser humano, e é nessas idades que surgem normalmente os “problemas da juventude” associados a: emprego; educação e formação; delinquência e abuso de drogas; cultura e tempos livres.

A relação dos jovens com a cidade, as possibilidades de interacção social daí decorrentes e a criação e partilha de sentidos e complicitades, são factores que não podem ser descurados em qualquer política de cidade.

Torres Vedras vem sendo, neste âmbito, uma cidade/concelho que escassamente tem permitido aos diferentes grupos de jovens uma colaboração activa no desenvolvimento e na mudança social, nomeadamente no que respeita à autodeterminação e à auto-iniciativa nos domínios culturais, científicos e tecnológicos. Tendo daí resultado um cada vez maior e nítido afastamento dos jovens que assim procuram viver, trabalhar, participar ou fruir noutras cidades como Caldas da Rainha ou Lisboa. O que facilmente se compreende pelo grau de atracção e dinâmica sociocultural que estas duas cidades exercem sobre uma juventude ávida de criação de sentido para as suas próprias vidas e para a vida em colectivo.

Neste contexto, a administração pública local deve ser capaz de liderar **dois tipos de intervenção essenciais: a formação e a participação**. A formação em vários domínios e sob várias tipologias, em parceria com os agentes educativos, económicos e culturais, de forma sustentada, integrada e continuada. A participação é essencial sobretudo para incentivar o empenho cívico dos jovens na construção de uma democracia activa e obviar às influências nocivas de uma “cultura juvenil” entendida como fenómeno de mercado e como passividade consumista e acrítica dos *media*.

A participação na vida cultural e cívica deverá ser igualmente reforçada pela

sua capacidade de gerar sociabilidades interculturais entre os jovens, e pelo combate à mera redução dos tempos livre a uma actividade de consumo, a qual leva, como se sabe, à passividade e ao sufoco das actividade criadora dos jovens.

Há, pois, que incentivar os mais jovens a descobrir o gosto de aprender, o prazer de imaginar, e a necessidade de participar na vida social e cultural do seu concelho.

Pressupostos para a intervenção em políticas culturais de juventude:

- Recusar as lógicas proteccionistas e autoritárias por parte da administração pública quanto à definição unilateral de programas/projectos **para** a juventude.
- Definir as intervenções e as políticas **com** a juventude. Incentivando e valorizando a participação em todos os assuntos da cidade e do concelho.
- Promover a formação e a educação não-formal sobre diversas temáticas cívicas, culturais, artísticas, científicas, criativas, ...
- Aprofundar a articulação entre as políticas de juventude, de educação e de cultura.
- Democratizar o acesso à fruição frequente dos bens e serviços culturais e a participação cultural dos jovens em geral, procurando diminuir a distância entre grupos sociais.
- Fomentar entre os jovens valores democráticos e de cidadania, de desenvolvimento sustentável, de consumo responsável.
- Estimular a cooperação entre jovens em torno de projectos devidamente apoiados (não apenas financeiramente) pela autarquia.
- Incentivar a experimentação artística e científica.
- Alargar e integrar o voluntariado jovem na gestão dos equipamentos culturais públicos e organizações do terceiro sector.
- Reforçar o associativismo entre os mais jovens.
- Promover o empreendedorismo nas áreas científicas,criativas e culturais.
- ...

6.Transversalidade da Cultura

A transversalidade da cultura deve-se essencialmente ao papel estratégico central que a cultura ocupa hoje na governação dos municípios, designadamente na regeneração urbana, na revitalização económica, na defesa e valorização das identidades culturais ou na promoção turística.

Por outro lado, a transversalidade da cultura facilita a articulação com outras políticas sectoriais (educação, ambiente, economia, turismo,...) potenciando o aparecimento de projectos multidisciplinares inovadores.

A necessidade de incluir a dimensão cultural no actual paradigma de desenvolvimento

sustentável deve-se à urgência de reforçar o factor humano nas lógicas de desenvolvimento, tendo em conta as problemáticas actuais e futuras da convivência urbana, tais como:

- A cultura como suporte da regeneração e revitalização urbana.
- A relação aprofundada e continuada em projectos estruturantes com a área educativa.
- As artes em parceria com o ambiente para a educação ambiental pela arte.
- O património paisagístico como valor de salvaguarda ambiental e recurso do turismo cultural.
- A cultura como repertório de estilos de vida na aproximação e inclusão das tribos urbanas juvenis.

7.Cultura Científica e Tecnológica

Promover a cultura científica e tecnológica é um dever de qualquer município que compreenda a necessidade de **ter munícipes melhor capacitados para agir na Sociedade do Conhecimento**. Num contexto fortemente dominado pelas tecnologias de informação, a inovação surge pela aplicação da criatividade aos processos produtivos de base tecnológica. Contudo, não se pode descurar a inovação social e cultural, de onde podem emergir um amplo espectro de novos produtos e serviços, novas metodologias e processos, novas misturas de disciplinas, novos valores, novos pensamentos ou novas formas de relação.

As ciências são a base de produção de saber, pelo que nenhuma sociedade a deve descurar sob pena de estar a cometer um erro a pagar no futuro.

Em Torres Vedras existe um potencial latente e patente que já deveria ter sido exponenciado no sentido da criação de melhores condições em diversas áreas científicas e tecnológicas, neste ponto é fundamental a criação de parcerias locais e internacionais, bem como a elaboração de projectos integrados de promoção científica e tecnológica.

O favorecimento das práticas científicas é a melhor garantia de que se instala em Torres Vedras o espírito participativo, de que se promove o desejo de conhecer e de aprender, absolutamente necessários para uma sociedade reflexiva, em constante aprendizagem.

Aspectos essenciais para a promoção da cultura científica e tecnológica:

- Promover o associativismo científico, tecnológico e cultural.
- Incentivar projectos multidisciplinares, designadamente entre arte e tecnologia, ciência e educação, ...
- Criar uma rede de parceiros com: Escolas e projectos de escola (ex: Clube de Robótica,..), associações, investigadores, ...

- Apoiar a investigação científica e a inovação tecnológica.
- Promover a divulgação científica, o conhecimento, os saberes e as técnicas.
- Conceber um novo equipamento polinuclear que permita a articulação entre as áreas artísticas, científicas e tecnológicas (a localizar no antigo Matadouro): Centro Ciência Viva + Laboratório de Artes e Tecnologias + Sala de Cinema Digital.
- ...

8. Economia, Cultura e Criatividade

A triangulação entre economia, cultura e criatividade é indispensável para um projecto de cidade com futuro e sustentabilidade. Como sempre, as opções são muitas, tudo depende das conjugações promovidas e efectivadas.

A criatividade não se resume apenas a uma moda actual e a um modelo único das tão difundidas "cidades criativas" em algumas visões neoliberais e conservadoras como a das "classes criativas". Existem outras possibilidades alternativas para desenvolver o uso da criatividade enquanto "substância" necessária à resolução dos problemas complexos com que se debatem as cidades contemporâneas. Neste contexto, **não se entende a criatividade como domínio exclusivo dos artistas, mas de todos os sectores de actividade: educação, saúde, urbanismo, ambiente, social, ciência, política, ...**

Uma cidade criativa é também **uma cidade em constante aprendizagem e reflexividade**. Só quando se incorporar a reflexividade como elemento quotidiano é que conseguirá responder da melhor maneira possível aos obstáculos futuros, sustentando em simultâneo a criatividade. No fundo, activar uma cultura de criatividade é **motivar para a mudança de mentalidades e para a inovação social**, contra a reprodução de ideias e padrões mentais fortemente enraizados numa sociedade em risco e num planeta em crise.

É tempo de nos desviarmos da atenção exclusiva nas inovações tecnológicas para a inovação de "como vivemos" ou "como nos organizamos e relacionamos com os outros".

Incentivar o surgimento de ambientes urbanos criativos é uma tarefa urgente para uma política pública focada na resolução concreta dos problemas reais, em sinergia com os demais actores sociais, criando as condições (vontade de partilha, redes, capital social,...) para que as pessoas sejam verdadeiros agentes de mudança, e não meros receptores passivos ou vítimas da anomia.

Por outro lado, a Economia da Cultura e da Criatividade vêm-se afirmando como um sector inegável das proclamadas "novas economias" conotadas com a cultura, o conhecimento ou as tecnologias, como as indústrias culturais e as indústrias criativas. Neste contexto é necessário **incentivar o desenvolvimento e o aparecimento de empresas e organizações produtoras de novos conteúdos, produtos e serviços**, bem como incentivar a cooperação estratégica.

Deste ponto de vista, a cultura é considerada um recurso fundamental das cidades, que poderá ser aproveitado usando a criatividade como ferramenta geradora de bens simbólicos transaccionáveis. Dado o carácter colaborativo da produção de bens simbólicos, **será imprescindível que se promova a clusterização em rede dos agentes culturais e criativos** interessados em criar/produzir nas áreas da cultura, da criatividade, da ciência, da tecnologia, ..

Em Portugal, algumas regiões (Norte - Cluster de Indústrias Criativas na Região do Norte) e algumas cidades já se encontram bem posicionadas na economia criativa. Torres Vedras, possui – ainda - um potencial criativo, artístico, científico e tecnológico que poderá potenciar resultados interessantes, quer ao nível da criação de emprego, quer ao nível da criação de mais e melhores produtos/serviços. A autarquia não pode continuar alheia a este capital, nem ser ela a protagonista da acção cultural e criativa, por isso propomos desde já uma reflexão aprofundada sobre o tema, num futuro próximo.

Alguns passos para incentivar e sustentar processos criativos produtivos:

- Incentivar a geração de ideias e projectos, tornando-os públicos e visíveis.
- Promover a circulação das ideias e projectos em redes – reunir sinergias.
- Facilitar espaços, incubadoras de indústrias criativas e culturais, e plataformas de distribuição.
- Disseminar resultados, avaliar e analisar mercados/audiências.
- Criação de um Portal na Internet sobre a economia criativa e cultural do concelho.
- Criação de uma linha de financiamento para projectos inovadores a concurso.
- Criação de uma Agência para o Desenvolvimento de Indústrias Criativas e Culturais.
- ...

9. Desenvolvimento das Artes

Os diversos géneros artísticos já consagrados nas artes cénicas e performativas (teatro, performance, dança, música, ópera, bailado), e nas artes visuais (pintura, escultura, vídeo, cinema), bem como novos géneros artísticos provenientes do trabalho interdisciplinar, formam um núcleo muito importante de qualquer política cultural. Neste sector de intervenção a existência de políticas regionais, nacionais e europeias é um factor positivo a ter em consideração pelo seu grau de relativa estabilidade e eficácia.

No que diz respeito ao aumento da oferta da excelência artística, é necessário que os programadores/directores dos equipamentos culturais públicos, exerçam as suas competências com total autonomia e estabilidade, de modo a poderem gerar programações de qualidade, alimentadas por ideias e partilha de sentidos com o contexto local concreto de Torres Vedras. Impõe-se assim que os programadores/directores tenham um conhecimento qualitativo e

quantitativo dos territórios, isto é, das pessoas.

Do ponto de vista da fruição e da procura é **necessário incrementar os hábitos de culturais e a diversidade de formas de contacto com as práticas artísticas**. Neste ponto é absolutamente urgente conhecer e manter actualizada a análise das necessidades, interesses e gostos dos diversos segmentos de público, por forma a garantir o direito à cultura por parte de base alargada de estratos sociais. **Sem se cair na ditadura do êxito fácil é exigível que os equipamentos culturais correspondam a várias tendências artísticas** (das mais populares às mais vanguardistas e eruditas), se quisermos manter vivos e habitados os espaços culturais.

Em nosso entender, a programação cultural ao nível municipal distingue-se da programação cultural de âmbito nacional (equipamentos públicos do Estado central) pela menor incidência que os gostos pessoais dos programadores devem assumir, dando-se prevalência ao enfoque nos contextos locais e nos públicos residentes no concelho.

Alguns dos aspectos a ter em consideração:

- A oferta artística não deve basear-se apenas nos criadores consagrados, mas assumir alguma dose de risco na apresentação de artistas jovens e emergentes.
- Procurar apresentar a produção artística actual/contemporânea com regularidade.
- Ter a abertura e o acolhimento suficiente da produção dos grupos locais.
- Fornecer todo o apoio possível à produção artística, exigindo como contrapartidas o rigor e critérios de qualidade na gestão e avaliação dos projectos artísticos.
- Criar um Conselho de Programação da Cidade, que permita a partilha de informação e recursos, bem como a capacidade de pensar estrategicamente uma programação integrada e uma visão abrangente da oferta e da procura.

10. Museologia e Património

De facto existem duas abordagens distintas quanto ao modo de observar o entrecruzamento entre património e território. O Património material imóvel é por natureza enraizado e tem como paradigma museológico a conservação; mas o património imaterial é dinâmico por natureza, move-se pelos corpos e pelos territórios, estabelecendo-se e criando tradições mais ou menos duradoiras. Por esse motivo a salvaguarda do património imaterial não reside tanto na sua conservação mas antes no “dinamismo” gerado em seu torno. No entanto, seria errado pensar as duas categorias de património separadamente, ambas se relacionam sob múltiplos aspectos.

Na nossa perspectiva o museu «é antes de mais um instrumento – complementar e complementar- para acompanhar e alimentar as dinâmicas de desenvolvimento do território. O

museu é testemunho da implicação da comunidade, que se empenha pelo seu património num movimento colectivo.» (Hugues de Varine), por isso representa: a possibilidade de manter um processo longo e multiforme que acompanhe o desenvolvimento; a participação dos membros das comunidades enquanto actores e agentes de desenvolvimento; uma fonte de educação popular e de transmissão cultural, de abertura ao mundo e às outras culturas através de um diálogo intercultural; O exercício da Democracia Cultural e da Cidadania.

Acções e projectos a desenvolver:

- Valorizar o património imaterial (tradições orais, musicais, memórias,..), valorizando igualmente a ruralidade e a cultura rural do concelho de Torres Vedras.
- Incentivar o Inventário Participativo do património do concelho, de modo a valorizar a intervenção da sociedade civil na salvaguarda e promoção do património.
- Valorizar e colaborar de forma pro-activa com as Associações de Defesa do Património e associações culturais afins.
- Criar um Fundo de Financiamento para o restauro e conservação do património através do Mecenato Cultural, priorizando o património em risco.
- Recuperar e valorizar as Azenhas dos Cucos (Azenhas da Boiaca e do Cabaço), criando também um percurso pedestre e uma ciclovia que ligue a cidade aos Cucos a partir da Estação da CP.
- Criar uma rota do Património Cultural de Torres Vedras, com percursos pedestres, de *touring*, e de bicicletas.
- Incentivar a criação de uma associação de "amigos do património e dos museus de Torres Vedras", que inclua a organização e a participação activa de voluntariado.
- Criar um Arquivo Digital, de acesso público através da Internet, destinado a divulgar os patrimónios materiais e imateriais do concelho, bem das colecções museológicas e dos acervos. Permitindo de igual modo o seu estudo e a investigação científica.
- Património imaterial: criação numa freguesia rural de Torres Vedras do Ecomuseu das Tradições Orais e Musicais da Região Oeste, cuja missão será a de salvaguardar e valorização do património material e imaterial relacionado com as tradições, e promover o estudo do mesmo, tendo em conta o valioso trabalho já desenvolvido pelo Dr. José Alberto Sardinha.
- Património industrial: fazer o levantamento do património industrial do concelho (ainda existente) e promover medidas de salvaguarda e valorização.
- Castro Zambujal: avançar nas escavações arqueológicas, promover candidatura a património da humanidade, adequar o sítio arqueológico à recepção de visitantes, criação de centro interpretativo/museu.
- Tholos do Barro: avançar nas escavações arqueológicas e promover a valorização do monumento.

- Cartografia digital e mapeamento GPS (geo-referenciação) do património visitável no concelho de Torres Vedras.

II – Medidas Prioritárias, Acções a desenvolver e Projectos Estruturantes

A dimensão cultural da política pública é uma das áreas de intervenção política mais sensíveis, quer pela razão de não existir em Portugal uma tradição democratizante de políticas culturais, por as competências das autarquias não serem suficientemente explícitas, e principalmente porque a cultura enquanto recurso (bem público, ou capital) é facilmente sujeita à instrumentalização.

A CDU defende que a cultura é essencialmente um conjunto de dinâmicas (identitárias, patrimoniais, artísticas, científicas, ...) protagonizadas pela sociedade civil e por instituições públicas administradas com autonomia face ao poder político.

Assim, não é função de um executivo municipal delinear ou promover conteúdos e práticas culturais de forma arbitrária ou conforme o gosto pessoal, mas tão somente implementar as medidas e os projectos estruturantes, sem os quais a dimensão cultural ficaria debilitada e o desenvolvimento cultural em risco.

Na primeira parte do Programa Eleitoral da CDU para Cultura identificámos os temas considerados fundamentais para a nossa intervenção política em Torres Vedras, apresentamos agora as medidas prioritárias que assumimos implementar.

Medida Prioritária nº1

Elaboração do Plano Estratégico para a Cultura e a Criatividade

Porque a dinâmica cultural e criativa é produto dos contributos dos actores sociais individual e colectivamente considerados, a elaboração deste plano é essencial para se obter um diagnóstico do eco-sistema cultural e criativo do concelho de Torres Vedras, proceder a um mapeamento dos recursos sectoriais e delinear objectivos e metas.

Este plano deve estar integrado numa Carta Estratégica da Cidade de Torres Vedras, e deverá ser implementado por um Conselho Municipal de Cultura com participação pública generalizada.

Como Comissário geral e consultor do Plano Estratégico para a Cultura e Criatividade foi já convidado – e o convite aceite- o **Professor catalão Toni Puig**, um dos responsáveis pelo desenvolvimento cultural de Barcelona e autor de diversas obras sobre urbanismo e cultura. Toni Puig será convidado residente em Torres Vedras durante toda a elaboração do Plano. Este convite, para além de proporcionar um excelente contributo de um dos gestores culturais mais importantes das últimas décadas, será também positivo para criar uma Marca de Cidade distintiva no mapa das abordagens contemporâneas à cidade e à cultura, pelo seu lado genuíno e focado nas pessoas.

Projectos estruturantes:

- Constituir o Conselho Municipal de Cultura e Criatividade.
- Proceder ao estudo e análise das práticas e consumos culturais no concelho.
- Analisar todo o Sistema Cultural Municipal (cartografia cultural do concelho).
- Desenhar o projecto de planeamento.
- Construir um conjunto de indicadores adequados à avaliação.
- Desenhar e implementar um plano de comunicação (bidireccional, relacional, interactivo).
- Activar a participação cívica tendo em atenção a segmentação dos actores sociais.

Medida Prioritária nº2**Melhoria de processos de Gestão Cultural nos equipamentos e instituições culturais públicas.**

As instituições culturais públicas, enquanto serviços públicos culturais, devem ser exemplos de boas práticas e principais agentes provocadores do desenvolvimento cultural, porquanto detém e gerem recursos e capitais públicos. Isto significa que a orientação dos serviços públicos é focada prioritariamente nas necessidades e desejos dos cidadãos concretos do concelho de Torres Vedras, e não num "cidadão em abstracto". Assim, é evidentemente necessário que as instituições públicas conheçam os seus públicos, os contextos e os quotidianos em que vivem.

Acções a desenvolver:

- Incrementar os níveis de autonomia na gestão e programação dos equipamentos e instituições culturais públicas.
- Desenvolver, de forma pró-activa, estratégias de comunicação intercultural.
- Aumentar a eficácia da comunicação, informação e divulgação cultural.
- Ter em consideração o modelo e a missão de "Serviço Público de Cultura".
- Redefinir os modelos e as ferramentas de gestão cultural, de modo a estimular novas procuras e cativar o interesse dos segmentos de não-público. Utilizar quando necessário as metodologias da Animação Sociocultural.
- Elaborar estudos de públicos e de práticas culturais ao nível do concelho.
- Conceber linhas programáticas transversais que promovam a reflexividade em torno de temas e problemáticas actuais, acentuando sentidos de pertença e ligação social.
- Incorporar nas práticas correntes de gestão e programação a promoção da igualdade de acesso à cultura e da diversidade cultural.

- Criar ciclos de formação anual em Gestão Cultural para os agentes culturais.
- Estabelecer parâmetros de avaliação de objectivos e criação de indicadores.
- Reformular a tipologia de subsídios, protocolos e outros instrumentos de apoio ao desenvolvimento cultural.
- Promover relações de cumplicidade ao nível da programação e produção cultural com as forças vivas do concelho, e a fertilização artística do território.
- Alargamento dos horários dos equipamentos culturais.

Projectos Estruturantes:

- Criação de uma *Rede Comum* de programação e partilha de recursos.
- Concepção de Planos de Comunicação para todos os equipamentos e instituições públicas, fazendo uso das diversas técnicas, meios e suportes. Tendo sempre em consideração que: comunicar implica escutar; os valores e atributos da marca cultural; a continuidade em vez da intermitência.
- Definir e publicitar as Missões os Objectivos das instituições e equipamentos culturais.
- Elaborar e publicitar os regulamentos internos de funcionamento e utilização.
- Criação de websites e ferramentas de comunicação interactivas para todos os equipamentos e instituições culturais.
- Aprofundar e valorizar as relações entre Cultura e Educação, entre os agentes culturais e os agentes educativos.
- Reorganizar e aprofundar a oferta de serviços educativos complementares a todos os equipamentos culturais, e valorizar a Educação pela Arte para vários segmentos de públicos. Criar a Rede Municipal de Serviços Educativos e Educação pela Arte.
- Reorganizar a gestão e a produção dos projectos culturais estruturantes, promovidos pelo executivo municipal, designadamente do reforço e alargamento da missão e dos serviços prestados pela empresa municipal *Promotorres*. Visando deste modo uma clara separação entre o poder político e a produção e programação cultural.

Medida Prioritária nº3

Desenvolvimento da Economia e das Indústrias Culturais e Criativas.

O reconhecimento da criatividade e da inovação como características fundamentais da competitividade económica e da criação de emprego nas sociedades contemporâneas tem vindo a dar protagonismo às Indústrias Criativas e às Indústrias Culturais.

A partir dos processos, ideias e bens criativos e estéticos originados em sectores como as artes, o design, conteúdos digitais, o multimédia ou o artesanato, é possível conceber novos

produtos/serviços ou fornecer vantagens competitivas a outras indústrias que os apliquem à sua própria produção, criando assim mais valor

Neste campo são necessárias políticas pró-criativas que motivem a confiança e a capacidade de gerar sinergias entre os vários agentes e entre as várias posições na cadeia de valor.

Acções a desenvolver:

- Estimular o contacto da população com a criatividade e a inovação.
- Assumir a centralidade das artes e do sector criativo no contributo para a revitalização urbana.
- Desenvolvimento de condições facilitadoras da criação e da produção cultural.
- Incentivar a geração de ideias e projectos, tornando-os públicos e visíveis.
- Promover a circulação das ideias e projectos em rede – reunir sinergias.
- Potenciar o surgimento de “meios criativos”⁶ e a diversidade de actividades económicas.
- Criação de uma linha de financiamento para projectos inovadores a concurso.
- Disseminar resultados, avaliar e analisar mercados/audiências.
- Promoção de *clusters* criativos: facilitar espaços, incubadoras de indústrias criativas e culturais, e plataformas de distribuição.

Projectos Estruturantes:

- Criação da *Agência para o Desenvolvimento das Indústrias Criativas e Culturais*.
- Criação de um Portal na Internet para a disseminação da economia criativa e cultural do concelho.
- Criação de um novo equipamento cultural que permita a convergência da investigação, experimentação e formação nas artes tecnológicas, na criatividade aplicada e nas ciências.

Medida Prioritária n^o4

Integração e Promoção da Cultura Científica e Tecnológica.

A valorização do conhecimento científico e do pensamento crítico são pilares fundamentais para o desenvolvimento da autonomia do ser humano, bem como para uma comunidade ou sociedade, quer do ponto de vista cognitivo/reflexivo, quer do ponto de vista económico, quando se pensa por exemplo nas possibilidades de projectos de divulgação científica.

Em termos históricos, as duas culturas (artística e científica) andaram geralmente

6 *Creative milieu*

separadas em campos distintos. Contudo, hoje em dia, parece-nos importante que ambas as formas culturais tenham lugar numa política cultural aberta e transversal.

Um exemplo flagrante é o crescente cruzamento entre artes, ciências e tecnologias, que em Portugal é já notório, designadamente através dos apoios públicos a artistas residentes em instituições científicas e tecnológicas.

Acções a desenvolver:

- Conhecer, através de um estudo, as práticas científicas e os usos tecnológicos da população.
- Apoiar e financiar a internacionalização da produção científica e a inovação tecnológica.
- Apoiar o registo de invenções e patentes e a propriedade intelectual.
- Proceder a um mapeamento das organizações (associações, escolas, universidade, clubes,...) e dos investigadores, autores, dinamizadores,... do concelho.
- Incentivar e apoiar o desenvolvimento de uma programação anual para a ciência, a tecnologia e a sociedade do conhecimento.
- Promover o contacto da população com a produção científica, tendo em conta os diferentes públicos e estratos sociais.

Projectos Estruturantes:

- Criar uma Rede de Parceiros Científicos e Tecnológicos de Torres Vedras, com: Escolas e projectos de escola (ex: Clube de Robótica,..), associações, investigadores, ...
- Criação de parcerias regulares com a Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica.
- Promover um concurso anual que estimule e apoie os jovens cientistas.
- Criação de um novo equipamento cultural que permita a convergência da investigação, experimentação e formação nas artes tecnológicas, na criatividade aplicada e nas ciências. (o mesmo que o referido anteriormente)

Medida Prioritária nº5

Suscitar e Apoiar as *Energias Culturais Alternativas*

Em vez de competir directamente com os agentes culturais de forma geral, organizando e produzindo eventos de qualidade duvidosa, a Câmara Municipal deve de apoiar e suscitar as iniciativas da sociedade civil (associações, grupos amadores, ...). Este apoio, para além de financeiro, deverá incluir apoio técnico, de captação de financiamento, de recursos, de elaboração de projectos e candidaturas.

Acções a desenvolver:

- Reformular a tipologia de subsídios, protocolos e outros instrumentos de apoio ao desenvolvimento cultural.
- Facilitar e disponibilizar o uso de espaços para utilização temporária ou permanente.
- Promover acções de formação em gestão cultural para os agentes culturais e criativos.
- Divulgar boas práticas e experiências relevantes no campo cultural, artístico, científico, tecnológico e criativo.
- Promover encontros, debates ou conferências públicas regulares.
- Estimular o contacto da população com a dinâmica cultural e criativa, bem como a sua participação em ambientes criativos.
- Incentivar a convivência na cidade e a sua fruição.
- Promover, em parceria com os meios de comunicação social, a melhoria das formas de mediação cultural e do jornalismo cultural.

Projectos Estruturantes:

- Criação de uma Equipa/Gabinete de apoio à elaboração, qualificação, gestão e produção de projectos culturais de iniciativa das associações, grupos, etc.
- Desenvolver a Rede de Energias Culturais Alternativas, de modo a potenciar a partilha de informação e de projectos.
- Estabelecer uma visão sistémica do Eco-sistema Cultural Local, de modo a potenciar os pontos-fortes e a minorizar os pontos-fracos e as ameaças.
- Criação de uma Base de Dados, disponível na Internet, de autores, criadores, artistas e investigadores a residir ou a trabalhar no concelho de Torres Vedras.

Medida Prioritária nº 6

Valorizar os Patrimónios

No que respeita à dimensão cultural do desenvolvimento sustentável cujo vector é o património cultural, a participação das comunidades deverá ser tornada efectiva nas diversas fases e tarefas da sua realização. Desde os processos de inventário à gestão quotidiana do património, a participação motivada, consciente e informada das comunidades é um factor indispensável para um projecto colectivo de território.

Tendo em consideração a perspectiva que entende a cultura como consubstancial ao desenvolvimento, todos os bens que sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante integram os recursos ao dispor de determinada comunidade e território, devendo por isso ser objecto de protecção e valorização.

Quando evocamos a valorização do património imaterial, convocamos um tipo de património que é por natureza portador da tradição, representando uma continuidade do passado –transportado entre gerações– permanentemente alterado e renovado. É portanto um património vivo, um património que circula entre as pessoas, que acrescenta saber, que gera emoções, comunica memórias, que infunde valores e capacidade criativa.

Acções a desenvolver:

- Valorizar o património imaterial (tradições orais, musicais, memórias,..), valorizando igualmente a ruralidade e a cultura rural do concelho de Torres Vedras.
- Incentivar o Inventário Participativo do património do concelho, de modo a valorizar a intervenção da sociedade civil na salvaguarda e promoção do património.
- Valorizar e colaborar de forma pro-activa com as Associações de Defesa do Património e associações culturais afins.

Projectos Estruturantes:

- Criar um Fundo de Financiamento para o restauro e conservação do património através do Mecenato Cultural, priorizando o património em risco.
- Recuperar e valorizar as Azenhas dos Cucos (Azenhas da Boiaca e do Cabaço), criando também um percurso pedestre e uma ciclovia que ligue a cidade aos Cucos a partir da Estação da CP.
- Criar uma rota do Património Cultural de Torres Vedras, com percursos pedestres, de *touring*, e de bicicletas.
- Incentivar a criação de uma associação de “amigos do património e dos museus de Torres Vedras”, que inclua a organização e a participação activa de voluntariado.
- Criar um Arquivo Digital, de acesso público através da Internet, destinado a divulgar os patrimónios materiais e imateriais do concelho, bem das colecções museológicas

e dos acervos. Permitindo de igual modo o seu estudo e a investigação científica.

- Património imaterial: criação numa freguesia rural de Torres Vedras do Ecomuseu das Tradições Orais e Musicais da Região Oeste, cuja missão será a de salvaguardar e valorização do património material e imaterial relacionado com as tradições, e promover o estudo do mesmo, tendo em conta o valioso trabalho já desenvolvido pelo Dr. José Alberto Sardinha.
- Património industrial: fazer o levantamento do património industrial do concelho (ainda existente) e promover medidas de salvaguarda e valorização.
- Castro Zambujal: avançar nas escavações arqueológicas, promover candidatura a património da humanidade, adequar o sítio arqueológico à recepção de visitantes, criação de centro interpretativo/museu.
- Tholos do Barro: avançar nas escavações arqueológicas e promover a valorização do monumento.
- Cartografia digital e mapeamento GPS (geo-referenciação) do património visitável no concelho de Torres Vedras.
- Promover o estudo da História da Cultura Moderna e Contemporânea em Torres Vedras (ideias e dinâmicas culturais).

Medida Prioritária nº 7

Favorecer o Desenvolvimento das Artes

Os diversos géneros artísticos já consagrados nas artes cénicas e performativas (teatro, performance, dança, música, ópera, bailado), e nas artes visuais (pintura, escultura, vídeo, cinema), bem como novos géneros artísticos provenientes do trabalho interdisciplinar, formam um núcleo muito importante de qualquer política cultural.

No que diz respeito ao aumento da oferta da excelência artística, é necessário que os programadores/directores dos equipamentos culturais públicos, exerçam as suas competências com total autonomia e estabilidade, de modo a poderem gerar programações de qualidade, alimentadas por ideias e partilha de sentidos com o contexto local concreto de Torres Vedras. Impõe-se assim que os programadores/directores tenham um conhecimento qualitativo e quantitativo dos territórios, isto é, das pessoas.

Acções a desenvolver:

- Reforçar o desenvolvimento da autonomia e da independência do sistema artístico nas várias formas de arte e dos vários actores envolvidos: artistas, associações, mediadores, produtores, etc.
- Disponibilizar e encontrar espaços devolutos ou espaços desocupados com potencial de utilização em criação artística amadora ou profissional.

- Criar condições técnicas e de acolhimento nas várias áreas artísticas: artes visuais, cinema, audiovisual e espaços de ensaio para: artes performativas, artes cénicas, música, etc.
- Detectar e apoiar os artistas emergentes.
- Incentivar e apoiar a mobilidade dos artistas.
- Informar e apoiar a elaboração e a gestão de projectos artísticos profissionais e as candidaturas a programas de financiamento nacionais e europeus.
- Incentivar a criação de novos objectos artísticos transdisciplinares, e novas formas de arte.
- Apoiar a intervenção artística e cultural de grupos e colectividades em todo o concelho.
- Suscitar a construção de linhas programáticas fortes e consequentes, privilegiando as ideias e a criação de sentidos que tenham em consideração o contexto concreto do território e dos públicos residentes em Torres Vedras. Esta concepção não impede a elaboração de programações artísticas/culturais que visem parcerias regionais, nacionais ou internacionais, nem a criação de eventos estrategicamente delineados com o objectivo de promover práticas artísticas de excelência.
- Promover os acontecimentos artísticos com base na prática e no pensamento ordinário e quotidiano, tornando mais “natural” a relação com as artes, e evitando as sublimações distintivas do génio e do heroísmo artístico.

Projectos Estruturantes:

- Criar uma Biblioteca Digital de autores torrienses (promovida pela Biblioteca Municipal).
- Promover a formação artística de forma alargada e continuada, através de acções de formação, oficinas, workshops, etc com profissionais relevantes no panorama nacional e internacional da cultura e das artes.
- Criação de um Cluster⁷ Interdisciplinar, que permita a convergência das práticas artísticas, científicas e tecnológicas... (ver Medida Prioritária nº 8)
- Desenvolver um programa internacional de residências artísticas multidisciplinares, que promovam o envolvimento de artistas e criadores locais e o reconhecimento de Torres Vedras como território criativo.
- Implementar uma nova filosofia de apoio à artes e criatividade, através de concursos e candidaturas nas diversas categorias artísticas e áreas de criação.
- Criação de uma Base de Dados, disponível na Internet, de artistas e projectos nos

⁷ Um **Cluster** é uma concentração de entidades/organizações que comunicam e cooperam entre si por possuírem características semelhantes e coabitarem no mesmo local, tornando assim mais eficiente a prossecução de objectivos e a partilha de recursos.

diversos géneros e áreas de criação.

- Arte Pública: desenvolver um projecto que vise a apresentação de arte pública de cariz efémero e permanente. Transferindo todos os poderes de decisão e escolha, relativamente aos artistas e aos conteúdos a apresentar, para uma equipa a criar no Conselho Municipal de Cultura.
- Música: tendo em conta a qualidade da oferta educativa musical no concelho de Torres Vedras, a existência de intérpretes qualificados e de compositores de reconhecido mérito, favorecer a criação da Orquestra de Torres Vedras.

Medida Prioritária nº 8

Requalificação e criação de Equipamentos Culturais

A requalificação dos equipamentos culturais é uma medida prioritária que deve ter em consideração as necessidades técnicas e operacionais dos vários tipos de equipamentos, e a urgência da manutenção dos mesmos.

A criação de novos equipamentos culturais não pode colocar em risco a existência dos equipamentos já em funcionamento, nem muito menos basear-se em gostos pessoais dos governantes. A sua justificação só pode porvir de uma análise e de uma prospectiva ancorada em deliberações públicas e decisões transparentes. Importa por isso delinear com rigor os cadernos de encargos e a

Dados os custos normalmente elevados associados a este tipo de operações é necessário agir com visão estratégica e sustentabilidade a longo prazo.

Projectos Estruturantes:

- Requalificar o Teatro-Cine de Torres Vedras (auditório, numeração de lugares, conforto, salas de ensaio e residência...). Promover a abertura do Teatro-Cine durante os dias úteis e com horários alargados.
- Criação de uma sala-estúdio multi-funcional, equipada como cinema digital.
- Criação numa freguesia rural de Torres Vedras do Ecomuseu das Tradições Orais e Musicais da Região Oeste, cuja missão será a de salvaguardar e valorização do património material e imaterial relacionado com as tradições, e promover o estudo do mesmo, tendo em conta o valioso trabalho já desenvolvido pelo Dr. José Alberto Sardinha.
- Criação de um Cluster⁸ Interdisciplinar, que permita a convergência das práticas artísticas, científicas e tecnológicas, o apoio à experimentação e à criação de

8 Um **Cluster** é uma concentração de entidades/organizações que comunicam e cooperam entre si por possuírem características semelhantes e coabitarem no mesmo local, tornando assim mais eficiente a prossecução de objectivos e a partilha de recursos.

laboratórios. Este *Cluster* deverá ser composto por: Centro de Ciência Viva, Laboratório de Artes Tecnológicas e Novos Media, Centro de Documentação/biblioteca dedicado às artes, indústrias criativas, e à produção cultural em geral, Espaços Expositivos,... (a situar no antigo Matadouro).

- Criação de um *Cluster Etnográfico* destinado ao Museu do Carnaval e ao núcleo urbano do Ecomuseu das Tradições Orais e Musicais da Região Oeste, bem como à promoção e venda do vinho e dos produtos locais tradicionais (showroom, wine-bar, loja, espaços de lazer), dinamizando as várias dimensões da cultura tradicional e da geografia rural do concelho, bem como promovendo o potencial turístico do território (a situar nas instalações do Instituto da Vinha e do Vinho).

Medida Prioritária nº 9

Desenvolvimento, formação, alargamento, captação e fidelização de públicos.

O conhecimento em torno da questão dos públicos da cultura é muito vasto e útil à acção dos agentes culturais. Se um dos principais objectivos de política cultural no campo das artes é o alargamento do acesso para o maior número possível de pessoas, tal objectivo requer que os equipamentos culturais públicos se dispam da aura de prestígio distintivo (para as elites) e da sacralização a que historicamente vem sendo associados, assumindo definitivamente uma ambiência popular como sinal de abertura às populações que formam o quotidiano da cidade e do concelho de Torres Vedras. Este aumento ou alargamento dos públicos não é apenas numérico, mas a todos os segmentos e estratos sociais.

Outro dado importante de perceber é que os públicos não existem como entidades abstractas e definidas *a priori*. Os públicos criam-se, formam-se, desenvolvem-se, fidelizam-se; a sua existência depende da oferta e das instituições. São formados por pessoas, indivíduos concretos com histórias de vida distintas.

Será também necessário perceber as mutações ocorridas no papel dos consumidores em geral e na esfera da produção. Hoje em dia, o consumidor de cultura -ou de outro bem-pretende interagir com a produção, projectando-se à categoria de co-produtor (*prosumidor*), necessitando de se sentir um participante activo na construção dos bens culturais.

Trabalhar para e com o(s) público(s) exige esforço, requer processos de descoberta e de investigação do quotidiano, exige envolvimento e contacto com as pessoas, exige empatia e capacidade de sedução. Sem isto, o aprofundamento da democracia e da cidadania culturais será ilusório.

Neste campo de intervenção existem felizmente em Portugal bons exemplos de boas

práticas, veja-se o projecto do serviço educativo da Casa da Música na produção da Ópera *Wozzeck*, pela Birmingham Opera Company. Neste caso, a participação de figurantes recrutados de populações consideradas de “risco”, de dois bairros sociais da cidade do Porto, permite ao mesmo tempo um trabalho de inclusão social de grupos excluídos à partida de um universo artístico tido como nobre, a Ópera. Sendo por esta via um projecto indutor de uma concepção de arte essencial à cidadania, ao reforço da valorização humana e de indução de identidades sociais positivas. Torna-se claro que neste tipo de projectos assume-se que a Arte não se restringe apenas à «arte pela arte» ou como um fim em si mesma, mas que existe uma dimensão complementar, a função social da arte, que em nada impede o primeiro vector da sua razão de ser/existir.

Acções a desenvolver:

- Implementar estratégias de redução dos não-públicos.
- Apoiar as programações e a oferta, na procura existente e percebida, bem como atender às particularidades culturais da infância, juventude e terceira idade.
- Criar relações de boa vizinhança entre as instituições/equipamentos com a envolvente de proximidade.
- Perceber que não existe o público, mas sim os públicos, sempre no plural.
- Entender os “públicos” como um tipo específico de relação social, relação social entre as pessoas e as instituições, e entre as pessoas nas instituições.
- Respeitar os públicos mais exigentes e fidelizados, procurando programar de forma a corresponder às suas demandas.
- Valorizar a constituição de públicos através das práticas de natureza expressiva.
- Deslocalizar e descentralizar as produções culturais/artísticas, dos equipamentos para os lugares onde vivem as pessoas: aldeias, bairros, periferias, etc.
- Promover a aberturas dos equipamentos/instituições a associações/grupos de Amigos, «amigos do museu», «amigos das artes», etc.
- Prever a venda de subscrições para temporadas.

Projectos Estruturantes:

- Elaborar um estudo de públicos e das práticas culturais dos torrienses.
- Elaborar um sistema de indicadores estatísticos que permita a análise quantitativa, e alguma qualitativa, dos públicos.
- Reforçar, durante os fins-de-semana, os horários dos transportes públicos entre as freguesias rurais e a cidade, de modo a permitir a frequência e a fruição das artes, dos espectáculos e dos eventos nocturnos, pelas populações.
- Delinear estratégias de comunicação e promoção cultural efectivamente adequadas aos segmentos de públicos identificados no referido estudo.

- Intervir eficaz e estruturalmente no sentido de eliminar todas barreiras físicas ou imateriais, que dificultem ou impeçam o acesso dos grupos sociais mais vulneráveis e carenciados às iniciativas culturais.
- Definir uma política de preços com variáveis promocionais, mas evitar a gratuidade.
- Formar uma equipa mista de Serviços Educativos com elementos que desenvolvam trabalho em Acção Social, Artistas e Sociólogos, na análise e concepção de projectos de intervenção comunitária e inclusão social participativa.
- Criar o cartão “Cultura Viva”, que permita a obtenção de vantagens e descontos entre diversos estabelecimentos comerciais e os equipamentos culturais.
- Desenvolver projectos de longa duração com as escolas nas áreas das expressões. Por exemplo, uma Mostra de Teatro Escolar, que combine apresentações cénicas de trabalhos desenvolvidos ao longo do ano lectivo com companhias profissionais de teatro para a infância e grupos amadores locais.

Medida Prioritária nº 10

Fomentar a diversidade cultural e contribuir para o diálogo intercultural.

No que concerne ao acesso aos equipamentos culturais por parte dos cidadãos estrangeiros ou pertencentes a minorias, isto é, às suas práticas culturais de saída e à fruição da programação cultural existente, verifica-se que é praticamente nula a sua participação.

Por um lado este dado mostra-nos que, em termos de democratização da cultura, os imigrantes estão alheios das dinâmicas de públicos, engrossando desse modo o bloco dos públicos potenciais ou não-públicos, não usufruindo dos equipamentos culturais públicos, nomeadamente dos Cine-Teatros e dos Museus. Por outro, isto significa que, na perspectiva da democracia cultural, os imigrantes vêem as suas práticas expressivas e criativas ausentes da esfera pública cultural.

Este diagnóstico demonstra que ainda existe uma acentuada clivagem entre a realidade, a *praxis*, e as intenções teóricas e legislativas por muito louváveis que elas sejam.

Se no Plano para a Integração dos Imigrantes⁹ se prevê o «reforço da expressão da diversidade cultural em todos os domínios e actividades com incidência na área da Cultura»¹⁰, designadamente através dos equipamentos culturais, bem como o «apoio a iniciativas que promovam o diálogo intercultural e a multiculturalidade»¹¹; aquilo que empiricamente se

9 Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007

10 *Idem.*, artº 58.

11 *Idem.*, artº 59

observa nas cidades contradiz, infelizmente, a legítima vontade dos legisladores.

Deste modo pretende-se delinear uma estratégia que promova o acesso aos equipamentos culturais por parte dos imigrantes, estrangeiros e minorias residentes no concelho, fazendo com que passem de uma situação de não-público à de público efectivo com direitos de cidadania cultural; e, por outro, favorecer a sua integração social através da sua participação activa na definição de programas, projectos e conteúdos artísticos e culturais.

Apesar de todos os riscos inerentes a uma programação institucional/oficial ancorada na promoção da diversidade cultural e na interculturalidade - pois, há sempre a probabilidade de ocorrer o exercício do paternalismo e a instrumentalização- , contamos com uma metodologia participativa e cooperante desde o início. Deste modo, e com uma auto-avaliação adequada, considera-se que será possível a realização de um projecto democrático social e culturalmente responsável. Afinal, é isso que se espera de uma Governância Municipal útil e próxima de todos os cidadãos !

Um verdadeiro diálogo intercultural passa indispensavelmente pela "escuta" atenta e curiosa da cultura, da linguagem e dos sentidos do outro, do "estrangeiro".

Acções a desenvolver:

- Promover a igualdade de oportunidades para a participação na totalidade das actividades culturais.
- Contribuir para aumentar a diversidade cultural através de mecanismos imaginativos.
- Incentivar a diversidade cultural de modo a estabelecer interacções entre diferentes culturas, em vez de motivar enclaves separados.